

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL 2007**

ROSE ANE ALVES DIAS MARSICANO

**RELATÓRIO DE RESIDÊNCIA SOLIDÁRIA: CONSTRUINDO A
REDE INCLUSÃO NO MUNÍCIPIO DE NOVO HAMBURGO/RS**

Porto Alegre

2008

ROSE ANE ALVES DIAS MARSICANO

**RELATÓRIO DE RESIDÊNCIA SOLIDÁRIA: CONSTRUINDO A
REDE INCLUSÃO NO MUNÍCIPIO DE NOVO HAMBURGO/RS**

Trabalho de conclusão do curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Almeida Costa

Porto Alegre

2008

AGRADECIMENTO

À Dona Marina, minha mãe, por ter incentivado a minha busca pelo conhecimento.

Aos participantes da Rede Inclusão que possibilitaram a vivência da residência social e acreditaram na proposta da rede.

Ao meu marido, que aceitou minha ausência por tantas vezes.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

*“As pessoas esquecerão o que você fez.
Esquecerão o que você disse.
Mas jamais esquecerão o que você as fez sentir.”
(autor desconhecido)*

RESUMO

O presente relatório visa apresentar o trabalho desenvolvido na residência social que auxiliou a construção de uma rede social voltada para a inclusão de Pessoas com Deficiência no município de Novo Hamburgo. Construído a partir de entrevistas, observação e análise dos grupos denominados: Fórum de Entidades e GAL – Grupo de Apoio Local tem por objetivo demonstrar como se deu a estruturação desta rede. Através dos relatos será possível acompanhar a experiência que tanto residente quanto comunidade local pôde vivenciar na busca de alternativas para suas dificuldades e quais foram os encaminhamentos efetivados para suprir as suas necessidades. Será possível ainda conhecer os dificultadores e limitadores desta ação. Bem como, os espaços conquistados na sociedade e parcerias que ao longo deste período se formaram. Finalmente nos é apresentado a contribuição desta residência para a referida comunidade e como esta proposta pretende permanecer ativa após a residente se retirar do processo.

Palavras-chave: Residência Social – Gestão Social – Inclusão – Rede Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	4
1.1 A Proposta de intervenção	5
1.2 Objetivos do projeto	7
1.3 O método utilizado	9
1.4 Relato da Experiência	11
1.5 A Trajetória da rede	15
1.6 A Organização da rede	16
1.7 Conflitos	19
1.8 Ações e Parcerias	22
1.9 Avaliação	23
CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	26
ANEXOS	27

INTRODUÇÃO

A Residência Social, segundo dados do Portal Gestão Social, é uma tecnologia social recentemente desenvolvida pelos cursos de Gestão Social em diferentes Universidades do Brasil. Inspirada na residência médica, a residência social possui variantes e especificidades dos campos da gestão social, onde o aluno residente necessita participar ativamente de um projeto social.

Todo trabalho social necessita de uma experimentação, isto é, não basta ser realizado uma pesquisa teórica sobre determinado assunto. Apesar de importante, a teoria vem complementar o que somente a vivência possibilita: a transformação dos atores sociais envolvidos.

Nosso projeto de residência solidária não foi diferente. Após abandonarmos a ideia de trabalharmos com a área da educação, visto não termos experiência com este universo, procuramos nos inserir em uma comunidade carente de intervenção e na qual tivéssemos familiaridade com a temática.

Devido estar acompanhando o trabalho desenvolvido com as Pessoas com Deficiência na cidade de Novo Hamburgo, foi lá que resolvemos desenvolver nossa residência. Após vários contatos com diferentes instituições na busca de sugestões para o nosso projeto prático, decidimos acompanhar as reuniões do Fórum de Entidades de Novo Hamburgo e o GAL – Grupo de Apoio Local.

Foi através destas reuniões que delimitamos nosso objetivo. Percebemos que os participantes estavam confusos, cansados e desestimulados a continuar sua caminhada em busca de apoios, reconhecimento e espaço na sociedade hamburguesa para as Pessoas com Deficiência.

A sociedade tem historicamente desenvolvido processos de exclusão. No município de Novo Hamburgo, pudemos observar que os direitos sociais da Pessoa com Deficiência tinham dificuldade de serem cumpridos e quando conquistados, eram tratados como presente ou doação. Era evidente que a compreensão sobre cidadania dos participantes das reuniões e da sociedade local necessitava ser ampliada e que deveríamos trabalhar nesse sentido. Utilizando-nos de Kern, referendamos que:

O fortalecimento da cidadania compreende a ação de fortalecer o sujeito em relação aos seus direitos sociais, o que compreende também a denúncia da desigualdade e mediações de redes que estejam voltadas à sua emancipação humano-social. (KERN, 2004, p.155)

E ainda, de acordo com Faleiros:

A cidadania se constitui no exercício dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, éticos, que foram construídos historicamente, através das leis, normas, costumes, convenções, que fazem com que os indivíduos sejam reconhecidos como membros ativos de uma determinada sociedade, podendo exigir dela os seus direitos, ao mesmo tempo que ela lhe exige determinados deveres comuns. (FALEIROS, 1997, p. 60)

O fato das Pessoas com Deficiência terem, por Lei, garantido o acesso ao trabalho, educação, saúde, entre tantos outros direitos sociais não parecia contribuir para que houvesse uma implementação real das políticas públicas de referência.

Na medida em que participávamos das reuniões, nosso entendimento sobre as prioridades daquele grupo se transformou. Primeiramente, em um constante processo coletivo, procuramos saber qual era, para aquele grupo, a demanda mais urgente. Foi colocado como principal necessidade, a inclusão de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho. Mas à medida que amadurecíamos nossa compreensão dos diferentes assuntos abordados nas reuniões, verificamos que seria interessante trabalharmos questões mais amplas, como por exemplo: a própria compreensão do grupo na finalidade dos seus encontros.

Após dois semestres de acompanhamento focalizado neste grupo e de modificar muitas vezes nossa proposta de intervenção e tendo como pressuposto as palavras de Kern (2004, p. 156), que (...) “trabalhar na perspectiva das teias e redes sociais, constitui-se na adoção de estratégias que permitam uma nova reconfiguração das relações sociais”, em outubro do ano de 2007 iniciou-se a construção de nossa residência: criação de uma rede social voltada à inclusão das Pessoas com Deficiência.

Após tantas discussões e reflexões, percebíamos que as pessoas que acompanhavam as reuniões do Fórum de Entidades e Grupo de Apoio Local tinham um propósito comum e reconheciam a necessidade de buscarem representatividade junto à comunidade, apesar de em muitas situações não terem a mesma compreensão sobre os temas abordados, nem o mesmo nível de comprometimento.

De acordo com Inojosa:

A rede de compromisso social é aquela que se tece com a mobilização de pessoas físicas e /ou jurídicas, a partir da percepção de um problema que rompe ou coloca em risco o equilíbrio da sociedade ou as perspectivas de desenvolvimento social. (INOJOSA, 1999, p. 121)

Essa percepção ampliada da sociedade atrai essas pessoas para articular-se em função de um propósito comum, capaz de ser realizado através dessa sua articulação, com a preservação da identidade original de cada participante.

Realizando um paralelo entre o texto citado e a realidade em que nos inserimos, podemos observar que havia base para termos uma rede de compromisso social. Até mesmo a diversidade de entendimentos e comprometimentos que as pessoas envolvidas demonstravam. Afinal, cada participante tinha sua trajetória até ali e mantinha a sua identidade original. O nosso desafio era transformar este grupo de pessoas tão diferentes em futuros gestores da rede social, articulados e unidos através do seu propósito de ter um espaço representativo direcionado as Pessoas com Deficiência.

Gostaria de convidar a todos a acompanhar este processo nas próximas páginas. A proposta, o acordo, as dificuldades e conquistas encontradas no universo da residência social.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O projeto da construção de uma rede social voltada para a inclusão das Pessoas com Deficiência, se localiza na cidade de Novo Hamburgo, município brasileiro do Estado do Rio Grande do Sul. Está situada no Vale do Rio dos Sinos a cerca de quarenta quilômetros da capital do Estado e pertence à Região Metropolitana de Porto Alegre.

A cidade emancipada em 5 de abril de 1927 teve na industrialização sua maior fonte de riqueza, sendo o setor coureiro-calçadista, com forte caráter exportador, o principal pólo econômico da região até a década de 90, onde a crise econômica agudizou problemas graves da cidade como a favelização, transporte insuficiente e deficiência na infra-estrutura.

Os problemas surgidos na década de 90, agravados pela concorrência chinesa nos mercados internacionais, fez com que, no ano de 2003, visto a valorização da moeda brasileira, diversos curtumes e fábricas de calçados fossem fechados, ocasionando a demissão de milhares de pessoas.

Segundo dados do Censo 2000 (BRASIL, 2008), Novo Hamburgo possui cerca de 266.000 pessoas, tendo uma estimativa de que 14,5% desta população tenham algum tipo de deficiência, ou seja, um total de 34 mil pessoas.

Até o início do ano 2008 o Conselho Municipal da Criança e Adolescente tinha apenas quatro entidades cadastradas como representantes das Pessoas com Deficiência no município. São elas: AFAD21 – Associação dos Familiares e Amigos do Down Vinte e Um; APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; ADEVIS – Associação dos Deficientes Visuais de Novo Hamburgo e LEME – Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul.

Apesar do número reduzido dos representantes das Pessoas com Deficiência cadastrada no Conselho, nos encontros realizados pelo Fórum de Entidades e Grupo de Apoio Local, havia sete entidades participando. Isto ocorre porque alguns participantes não tinham suas organizações regulamentadas como Ongs, como por exemplo, a Escola Kely Meisi que trabalha na formalização de uma associação que atenda os deficientes auditivos em Nova Hamburgo, mas enquanto isto não acontece, participa das reuniões como escola.

Até o momento, não há um banco de dados que demonstre quantitativamente o número exato das Pessoas com Deficiência residentes na cidade. O que há, além

da estimativa do Censo 2000, é o número de pessoas cadastradas na Sessão PPD's, órgão da Prefeitura de Novo Hamburgo. Até abril do ano de 2008, este departamento tinha em seus registros o número de 2.658 pessoas.

O Conselho representativo das Pessoas com Deficiência, que fora fundado no ano de 1998 estava desde o ano de 2003 desativado. O Fórum de Entidades, fundado no ano 2005 dispunha-se a ser temporariamente o espaço onde se discutia políticas públicas e questões referentes à Pessoa com Deficiência. Este Fórum se reunia em diferentes locais, pois não tinha assegurado um local próprio para seus encontros. Somente em outubro de 2007, já com nossa intervenção, o Conselho Municipal de Direitos e Cidadania das Pessoas Portadoras de Deficiência voltou a se estabelecer em Novo Hamburgo.

É neste contexto que se deu a nossa proposta de residência solidária. Com o objetivo de criar e assegurar espaços representativos para a Pessoa com Deficiência na sociedade de Novo Hamburgo, propomos a organização de uma rede social. Entendendo por rede social o que cita Dabas apud Kern (2003, p.53), como “um sistema aberto que, através de um intercâmbio dinâmico entre seus integrantes e com integrantes de outros grupos sociais possibilita a potencialização dos recursos que possuem”.

1.1 Proposta de Intervenção

Ao longo do ano 2007 estivemos presentes em todas as reuniões do Fórum de Entidades e do GAL – Grupo de Apoio Local. Na reunião do dia 25 de setembro, a convite da FEEVALE - Centro Universitário Local estavam presentes na reunião do Fórum de Entidades, representante da Secretaria Municipal da Assistência Social e Secretaria do Trabalho. Em dado momento iniciou-se uma discussão referente ao mercado de trabalho para as Pessoas com Deficiência. Verificou-se a falta de informação do número real de Pessoas com Deficiência residentes em Novo Hamburgo, bem como a inexistência de um Conselho representativo. A secretária representante da Prefeitura verbalizou que não haveria problema em se autorizar a existência deste Conselho. Nesse momento, nós relatamos a secretária que o grupo do Fórum de Entidades vinha se reunindo há quase três anos e que, sem sucesso vinha buscando há algum tempo junto a Prefeitura a reativação do Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania das Pessoas Portadoras de Deficiência. Neste

dia, a secretária selou o compromisso com o grupo de viabilizar a reativação deste Conselho e assim aconteceu. No dia 28 de outubro de 2007 o CMPPD – Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência estava reativado e o Fórum de Entidades extinto.

Passamos a nos concentrar em compreender o GAL – Grupo de Apoio Local formado por entidades representativas das Pessoas com Deficiência e representantes do poder público local. A maioria dos integrantes entendia que o SENAI era o seu coordenador, mas o próprio SENAI não entendia assim. Passamos a provocar algumas discussões sobre o sentido e objetivo dos encontros.

Havia uma sensação de duplicidade nos assuntos abordados nas duas reuniões referidas (Fórum de Entidades e GAL) e a presença das entidades nestas reuniões era bastante instável. Não havia um consenso entre o objetivo das reuniões e de quem era o seu coordenador.

Percebemos a necessidade de se ter uma organização nas reuniões que deixasse claro o motivo dos encontros e que pudesse auxiliar este grupo a se tornar legalmente representativo, desenvolvendo ações relacionadas com suas preocupações e discussões temáticas.

Por entendermos que o formato de rede seria o mais indicado para o GAL – Grupo de Apoio Local, sugerimos a criação de uma rede social voltada para a inclusão de Pessoas com Deficiência na tentativa de potencializar e desenvolver sinergia com o recém reativado, Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência.

1.2 Objetivos do Projeto

A construção de uma rede social que possibilite a inclusão das Pessoas com Deficiência nos diferentes segmentos da sociedade no município de Novo Hamburgo. Para que isso acontecesse, subdividimos os objetivos específicos em quatro, conforme o quadro a seguir:

Objetivos específicos	Ações	Indicadores	Instrumento de medição	Periodicidade
Sensibilizar participantes da futura rede	Reuniões com os participantes do Fórum de Entidades e GAL - Grupo de Apoio Local	Presença das Organizações	Ata da reunião	mensal
			Lista de presença/fotos	mensal
			Escuta sensível	mensal
Mobilizar parcerias	Visitas a Organizações Convidar os Órgãos Públicos para participarem da rede	Aceitação da proposta de parceria Presença nas reuniões	Contrato	mensal
			Lista de Presença	mensal
Capacitar a rede	Palestras sobre rede	Presença das Organizações	Participação	semestral
	Espaço na rede para a troca de experiências entre organizações	Debates entre organizações	Ata da reunião	mensal
*Criar uma página na internet	Buscar um designer de espaço web	Formatação do site	Veiculação da página na internet	Maio/junho 2008
	Organizar conteúdo de interesse da rede	O site com informações	O site	diário
Divulgar a rede	Escrever para revistas e jornais da região	Matérias jornalísticas sobre a rede	Veículo de comunicação na qual a matéria foi veiculada	Quando o site estiver ativo
	Disponibilizar informações sobre a rede nos sites dos parceiros envolvidos	Informações da rede disponibilizadas em outros sites	Site da rede como link em sites parceiros	Quando o site estiver ativo
	Falar sobre a rede nos meios de comunicação como rádio e televisão	Reportagens sobre a rede	Programa de Rádio e Televisão	Quando o site estiver ativo

*Obs: Devido a importância dada para esta atividade, ela foi desintegrada das ações do objetivo específico: **divulgar a rede** e transformou-se em um objetivo específico.

1.3 Método Utilizado

Devido às características de nossa atuação, identificamos como método norteador de nossa residência a metodologia de pesquisa-ação. Entendendo que uma pesquisa pode ser considerada uma pesquisa-ação quando, segundo Thiollent:

Houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não-trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. (THIOLLENT, 1986, p.15)

E ainda, que na pesquisa-ação: “Os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas” (THIOLLENT, 1986, p.16) e que, a pesquisa-ação não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados, mas sim, um local onde os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados, é que a utilizamos neste processo.

Outro instrumental empregado foi à entrevista. Apesar de fazermos parte das reuniões do GAL, achamos interessante falar individualmente com os participantes da futura rede para podermos conhecer um pouco mais sobre suas expectativas quanto a este novo processo. A técnica de entrevista, foi utilizada em três entidades: a ADEVIS – Associação dos Deficientes Visuais de Novo Hamburgo, a LEME – Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul e a AFAD21 – Associação dos Familiares e Amigos do Down Vinte e Um.

Partimos do pressuposto, que a entrevista, de acordo com Garret (1991), engloba a observação, a arte de ouvir, de perguntar e de conversar, bem como liderança e interpretação, sendo necessário irmos além do que está exposto, deixando o entrevistado livre para falar, com perguntas direcionadas ao real objetivo da entrevista, transmitindo confiança numa linguagem compreensível e interpretando o problema trazido, tendo, contudo, o cuidado de permitir que o entrevistado tome suas próprias decisões.

Todas nos receberam muito bem, mas no primeiro momento, somente a Adevis se mostrou parceira e motivada com a idéia da rede. A Afad21 se

mostrou desestimulada e relatou que gostaria de participar de um movimento como este, mas estava a tanto tempo na luta por inclusão, direitos e cumprimento de Leis que não acreditava mais que pudessemos fazer a diferença coletivamente. Relatou que por mais de uma vez sugeriu nas reuniões do Fórum de Entidades, fazerem um evento em conjunto, onde todas as entidades pudessem participar da organização e também dos lucros, mas que nunca foi ouvida. No final do nosso encontro se posicionou dizendo que faria parte da rede, mas não soube dizer qual seria o grau do seu envolvimento. Já a Leme se mostrou receosa pelo fato de não compreender bem o que era uma rede. Comentou sobre o que exatamente essa rede faria, qual seria o custo e relatou suas dificuldades internas como obstáculo para uma participação efetiva. Também aceitou participar das reuniões, mas era nítido que deveria ser realizado um trabalho de nivelamento quanto ao entendimento que todos tinham sobre rede.

Nas reuniões utilizamos à construção coletiva durante todo o processo. Através da participação de cada pessoa na rede, procuramos assegurar o direito de ser reconhecido como “peça” fundamental na estruturação da nova rede social. Citando Jovchelovitch:

As representações sociais são uma estratégia desenvolvida pelos atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. Nesse sentido, são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além de sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público. (JOVCHELOVITVH, 1995, p. 81)

Tendo como um dos nossos objetivos, possibilitar a inclusão das Pessoas com Deficiência nos diferentes segmentos da sociedade no município de Novo Hamburgo não poderíamos agir diferente. Era necessário que cada ator social se sentisse responsável pelo que estava sendo fabricado. A representação social que passaria a existir através da REDE INCLUSÃO teria que ser construída nas relações desenvolvidas internamente na rede, transcendendo a individualidade de cada um.

Sem, contudo, esquecer do fortalecimento de cada indivíduo ali presente e da necessidade de se construírem outras relações sociais. Em Faleiros, encontramos:

Na intervenção de redes, o profissional não se vê nem impotente nem onipotente, mas como um sujeito inserido nas relações sociais para fortalecer, a partir das questões históricas do sujeito e das suas relações particulares, as relações destes mesmos sujeitos para ampliação de seu poder, saber, e de seus capitais. (FALEIROS, 1997, p. 25)

Tínhamos assim, o compromisso de proporcionar o crescimento dos participantes da rede social. Tornar seu poder coletivo legítimo e contribuir para a expansão de seus saberes.

Para melhor acompanhamento das nossas ações documentamos parte deste processo em atas, ofícios e documentos que poderão ser observados no anexo deste relatório.

1.4 Relato da Experiência

Após nossa proposta da criação de uma rede social direcionada para inclusão de Pessoas com Deficiência ter sido aceita pelo grupo, ficou acordado que durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro que acontecem recessos nas ong's, haveria uma comissão que cuidaria dos assuntos referentes à rede. Assim, a rede no mês de março poderia ter avançado, mesmo sem ter tido encontros onde todos estivessem presentes.

Na reunião da Comissão Pró Rede que aconteceu em dezembro, o Senai esclareceu mais uma vez sua posição com relação ao GAL, informando ser participante e não organizador, como muitos pensavam até o momento. Procuramos dar ênfase para as informações retiradas da última reunião do GAL, onde aconteceu a proposta da criação da rede. As questões discutidas com maior frequência eram relativas a trabalho, reconhecimento e reclamações em relação às empresas que não conheciam o trabalho desenvolvido pelas Ongs.

Passamos a valorizar a criação de um site, onde se oportunizasse a visibilidade das Ong's, seu trabalho e informações que fossem úteis para as PcD – Pessoas com Deficiência. Ficou acordado que pesquisaríamos o custo

da criação deste site e também procuraríamos fazer contato com a organizadora do site www.redecrianca.org.br, site que tem apoio do CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Novo Hamburgo.

Este encontro se deu ainda em dezembro, onde a idealizadora do site da Rede Criança nos esclareceu que o nome do site deverá ser modificado, pois seu objetivo principal era o social e não somente criança e adolescente. O site foi formado nos moldes do site www.recria.org.br da cidade de Caxias do Sul e tem como ideal, a inter-relação entre as ong's e poder público que atendem no município. Nele, é possível através de uma senha, a toda entidade cadastrada acompanhar o seu usuário, i.é., se ele é atendido em outra instituição, que serviços ele utiliza, com que frequência ele recorre à entidade, entre outras informações. A coordenadora nos ofereceu espaço neste site. Colocou que não haveria a necessidade de gastos com a criação de um site exclusivo para PcD, já que, o site da rede criança estava em Novo Hamburgo e pretendia comportar toda a rede social do município.

Após este encontro, discutimos sobre a possibilidade de uma fusão, apesar de nem termos ainda nosso site oficialmente. Após um longo debate, chegamos ao consenso de continuarmos pesquisando o custo da criação de sites. Entendemos que além de participarmos da atual Rede Criança, poderíamos ter um site direcionado as PcD. Isto por que o desenvolvimento do site Rede Criança prioriza as relações internas entre ong's e poder público. Já a Rede Inclusão, nesse primeiro momento, priorizaria a relação externa, a informação e divulgação do trabalho desenvolvido pelas ong's e a existência de Pessoas com Deficiência em Novo Hamburgo.

Em janeiro, continuamos nossas buscas por parcerias na criação do site. Buscávamos profissionais que pudessem desenvolver e realizar a manutenção voluntariamente. Mas isso não aconteceu.

Nossos encontros com a Comissão Pró Rede, isto é, Feevale, Senai, Leme e Adevis aconteceram para que a motivação e colaboração se mantivessem. Mas, com o avançar de 2008, entendemos que o ideal seria nos reunirmos e discutirmos com o grupo todo. Pois como afirma Türck (2002, p.60): “trabalhar em rede é trabalhar com a esperança e com a desesperança e, principalmente, atuar no espaço relacional é conviver com a complexidade”.

Em outras palavras, apesar de nosso tempo ser curto, não poderíamos abrir mão da construção coletiva. Tínhamos que nos arriscar, experimentar, mediar conflitos, viver este processo.

Durante o mês de fevereiro procuramos envolver o maior número possível de pessoas em nosso projeto. Recebemos contatos de amigos, de pessoas envolvidas na construção de redes e de sites e marcamos reuniões, as quais foram muito valiosas para nós.

A primeira delas foi com o responsável pela organização de redes da Parceiros Voluntários. Conversamos sobre tipos de redes, de coordenação, de desenvolvimento e envolvimento, bem como, ações promovidas por redes e formas de sustentabilidade. A Parceiros Voluntários nos repassou material sobre o assunto e se colou a disposição para palestrar e ajudar no que estivesse ao seu alcance. Combinamos que assim que nós reuníssemos a rede, o chamaríamos para palestrar sobre o assunto e construirmos todos juntos, um referencial para a rede que estava iniciando.

Ainda no mês de fevereiro nos reunimos com a responsável por uma empresa de elaboração e manutenção de sites. Passamos nossa intenção de através do site, dar visibilidade para um novo conceito em Novo Hamburgo, que é uma rede envolvida com as Pessoas com Deficiência. Expusemos quem eram os atuais participantes desta rede, o que imaginávamos ser interessante ter de informação no site e todo o conteúdo inicial que ele deveria ter, como por exemplo: ofertas de emprego, dicas de lazer e acessibilidade.

A designer nos propôs um modelo inicial de site, o qual ela e sua equipe elaborariam e nos informou o seu custo. Discutimos o assunto e a partir do orçamento, elaboramos um projeto de levantamento de recursos para a construção deste site. A própria designer demonstrou-se sensibilizada e relatou que faria contato com alguns de seus clientes na busca por parcerias.

Com o projeto nas mãos, passamos via e-mail, cópia para toda a rede para que o mesmo fosse aprovado ou modificado. Também marcamos uma reunião com a Comissão Pró Rede para discutirmos sobre o andamento da rede e do site e marcamos a data do retorno das reuniões.

Na última reunião da Comissão Pró Rede foi discutido a apresentação do projeto de Arrecadação de Recursos para o Site e uma participante ressaltou que deveríamos prever no projeto um valor destinado às despesas

administrativas, como folder, divulgação, material de escritório etc., e também um gerenciador para a rede, pois apesar da construção da rede se iniciar através de um projeto universitário o objetivo era que ela continuasse existindo após o término do curso de Gestão Social.

Não conseguimos chegar a um consenso sobre o nome da rede. Também não chegamos a um consenso sobre o propósito da rede. Um dos presentes, acreditava que deveríamos focalizar a questão da inclusão das PcD no mercado de trabalho e tudo que estivesse relacionado a isso. O restante do grupo não tinha esse mesmo entendimento. Não conseguíamos ver a construção de uma rede efetiva focalizada em uma, das tantas questões a serem discutidas. Colocamos que a questão do mercado de trabalho poderia ser o tema trabalhado durante o ano de 2008, mas não o víamos como objetivo principal da rede. Segundo Türck:

A rede social de apoio é um processo gerador, não conclusivo. Ela não pode ter uma estrutura piramidal, porque precisa recuperar o contato com o outro. Não pode ter elementos normativos rígidos, porque inviabiliza sua capacidade geradora. Não pode ter o poder de mando discricionário, porque este destrói a criatividade e a capacidade de recuperação do tecido social. Sendo assim, o maior desafio [...] não é apenas construí-las, é mantê-las vivas. (TÜRCK, 2002, p. 60)

Por um descuido estávamos agindo de forma contrária ao conceito de rede social. Com a intenção de agilizar o processo e apresentar ao grupo algum resultado do nosso trabalho durante o verão, para que o mesmo se mantivesse estimulado, estávamos impedindo-os de ser participantes deste trabalho.

Entendendo por fim, que para que o site existisse necessitaríamos de recursos e para que este apoio chegasse até nós, necessitaríamos de um nome representativo, e ainda, que o propósito da rede e seu nome estavam interligados, ficou acordado que esperaríamos o retorno de todos os participantes, para enfim, realizarmos a escolha do nome da rede que viabilizaria um documento oficial solicitando apoio para a construção do site.

1.5 A trajetória da rede

Em março, com o retorno das instituições participantes da futura rede, apresentamos nosso projeto de construção da rede social para a diretoria do Conselho Municipal de Direitos e Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência. O projeto foi aprovado e colocado na pauta da Assembléia Geral do dia 17 do mesmo mês. Na Assembléia apresentamos a proposta da rede. Muitas foram as perguntas. Quem será o gestor? Como funcionará? Que dia e horário nos reuniremos, já que participamos de tantas reuniões? Quem fará parte da rede? Como será o site? Entre outras.

Colocamos que em primeiro lugar poderíamos pensar no nome da rede, já que necessitávamos de um para formalizar qualquer pedido de apoio. Sugerimos testarmos a nossa idéia de comunicação virtual. Nós ficaríamos responsáveis por organizar as sugestões de nomes para a rede, da seguinte maneira: primeiro passaríamos um e-mail para toda a rede colocando as cinco sugestões já existentes. Se alguém não recebesse esse e-mail ainda no dia 17 de março, deveria automaticamente ligar para o nosso telefone e retificar o seu endereço de e-mail. Recebendo o e-mail teste, todos deveriam sugerir, pelo menos, mais um nome. Até o dia primeiro de abril nós organizaríamos a listagem completa de sugestões e enviaríamos para toda rede, para que a escolha final fosse realizada. Tudo virtualmente.

Desta maneira testaríamos a capacidade de comunicação virtual da rede e no dia 28 de abril nos reuniríamos presencialmente. A sugestão foi aceita por unanimidade. Recebemos apoio e sugestões. Como por exemplo, a idéia de tentarmos fazer contato com a Prefeitura e/ou a Câmara de Vereadores que possuem um servidor próprio e verificar a possibilidade de um deles nos ceder este serviço que até aquele momento estava com o custo bem elevado para nossa realidade. A Feevale através da sua representante se disponibilizou para nos acompanhar nesse processo e se ofereceu para criar um blog inicial para a rede.

Ficou acordado que as reuniões da rede aconteceriam sempre nas terceiras segundas-feiras do mês, uma hora antes da reunião do Conselho de PPD's. Relatamos nosso trabalho durante os meses de janeiro e fevereiro. Nossos avanços e contatos e relembramos o porquê da constituição dessa

rede e de como nossas reuniões estavam confusas no final do ano. Os presentes se manifestaram querendo compreender melhor o que aconteceria com as reuniões do GAL – Grupo de Apoio Local, já que o Senai não estava presente. Informamos que convidaríamos o Senai para continuar participando e entendíamos que as reuniões do GAL como o próprio nome já diz, era um espaço de apoio às ações desenvolvidas por todos nós.

Ao finalizamos o encontro percebemos que a grande maioria, não só apoiou a idéia, mas estava inserida conosco na busca da realização deste grande ideal.

Em nossa análise consideramos pertinente a idéia que Kern (2004) tem sobre redes. Ele refere que a rede se constitui em importante instrumento de trabalho profissional, na medida em que ela expressa o modo como o sujeito vivencia suas relações e constrói sentidos e significados, em especial, os de pertencimento.

Dentro desta lógica, entendemos que estava faltando ao grupo, exatamente esta sensação de pertencimento. Apesar de vivenciarem situações similares e buscarem objetivos comuns, não tinham até o momento, esta experiência. Continuavam a pensar individualmente e visualizavam apenas as conquistas de suas organizações. Era extremamente difícil desconstruir este pensamento, mas a partir da materialização da proposta da rede, o grupo buscou se unir e direcionar seus esforços para algo coletivo.

1.6 Organizando a Rede

Como combinado passamos o e-mail com as sugestões de nomes e aguardamos o retorno. Vivenciávamos, na prática, o poder da coletividade. Como era interessante esse processo de troca, de comunicação e interferência um no outro e como era enriquecedor trabalharmos com o grande grupo e não apenas com a Comissão que foi designada para pensá-la.

Ao mesmo tempo refletimos sobre o caminho percorrido até ali. Não tínhamos até o momento percebido o tamanho do apoio que recebemos da comissão que pensou a rede. Como apresentamos a construção da rede como um trabalho desenvolvido a partir de uma idéia de residência que fazia parte de um cronograma de aula e tinha prazo para ser desenvolvida, todos os que, até aquele momento, trabalharam conosco estavam tentando nos auxiliar nesses

prazos. Por isso, apostaram em um Projeto de Arrecadação de Recursos para o Site, por exemplo. Por entenderem que seria mais rápido e talvez, também por este motivo, acreditassem que questões como o “nome” poderia ser escolhido pela Comissão. Para agilizar o processo. Ficamos verdadeiramente sensibilizados com esta postura e ação dos nossos colegas e colaboradores. Semanas após a Assembléia, depois de termos divulgado muito a necessidade de algum voluntário para a construção do site, visto que, o custo pesquisado era alto demais, fomos agraciados com a proposta de uma designer de sites. Nossa voluntária acabava de se formar em um curso de designer que a LEME – Associação dos Lesados Medulares viabilizou para ela gratuitamente. Não poderia ser melhor!

A rede iniciava seu processo de criação de um espaço na web. Passamos a receber muitos e-mails. Os nomes foram surgindo. Mensagens de apoio, informações afins e parcerias também. Passamos a trocar muitos e-mails com a designer, que é uma Pessoa com Deficiência, como por exemplo, o formato do site, a cor, os textos, os links com os sites das entidades, da prefeitura, dos apoiadores, etc.

Desde que nos conectamos, via virtual, todas as informações eram disponibilizadas, muitas coisas interessantes aconteceram. Recebemos informações sobre palestras, encontros e notícias sobre Pessoas com Deficiência. Conhecemos blogs, acessamos sites que não tínhamos o costume de consultar e repassamos muitas informações. Disponibilizamos ofertas de trabalho e recebemos muitas idéias diferentes para o site. Uma delas foi à criação de um logo para a nossa rede. Uma participante, que não havia estado nas reuniões anteriores, ao saber do processo via e-mail, colaborou colocando-se a disposição como intercessora entre a rede e um artista plástico de Novo Hamburgo para que o trabalho de criação do logo fosse gratuito.

Como combinado, no dia 1 de abril, reunimos todas as sugestões de nomes e repassamos para a rede. Por um voto o nome REDE INCLUSÃO ganhou. Agora tínhamos que verificar se havia disponibilidade de domínio e qual o valor a ser pago. A designer pesquisou e o resultado foi que sim, poderíamos registrar com este nome. Mas ainda havia algo que não estava bom. O nome possível era www.redeinclusao.com e gostaríamos que fosse www.redeinclusao.org.br. O valor do domínio era de R\$ 30,00 (trinta reais) por

ano e teríamos que discutir como a rede solucionaria este custo, já que não tínhamos nenhum recurso ainda.

Diferente do que receávamos, em relação a este assunto, o grupo não fez dele um problema. Um dos participantes articulou a arrecadação do valor solicitado enquanto tratávamos de outro assunto da rede ainda durante aquela reunião.

A apresentação do site para a rede também buscava a sua interferência. Queríamos saber se a forma que a rede estava sendo apresentada no site era do consenso do grupo. Tínhamos o cuidado de disponibilizar as informações recebidas, como o convite para apresentarmos a REDE INCLUSÃO na Feevale no dia 14 de maio, por exemplo. Só após o consenso do grupo é que nos posicionamos com o Centro Universitário.

Muitos eram os assuntos em cada encontro. Percebíamos que o grupo estava valorizando o site e achávamos interessante que isso acontecesse mas temíamos que outras questões referentes a constituição da rede ficassem obscurecidos pela discussão em torno unicamente do website, tirando o foco da rede em si.

Por isso reforçamos a cada encontro a necessidade de buscarmos informações sobre como formalizar a nossa rede social e deixávamos claro que não tínhamos este conhecimento e experiência. A solicitação de colaboração era contínua. Em troca, recebíamos como poderão observar nos anexos, mensagens de apoio e aos poucos, as pessoas passaram a se disponibilizar em prol da rede.

Durante este processo de estruturação, discutíamos em nossos encontros as informações recebidas como por exemplo, a abertura de editais públicos direcionado as Pessoas com Deficiência, quem estava participando e quem não havia se habilitado e o porquê, as atividades particulares das entidades como a feijoada da AFAD21 e o baile da LEME, a oportunidade de executar projetos financiados pela iniciativa privada, como a AVON que estava disponibilizando através de suas revendedoras a possibilidade das entidades lhe enviarem projetos de sua autoria, entre outros.

Lentamente, trocas de informações importantes passaram a acontecer. Em dada reunião a ADEVIS agradeceu de público a informação que a APAE tinha lhe repassado sobre uma organização na Alemanha que buscava

entidades que atendiam Pessoas com Deficiência Visual para apoiarem. O contato já havia sido feito e estavam em amplo processo de efetivação da parceria.

Os representantes do poder público que geralmente não se manifestavam nas reuniões passaram a se posicionar. Isto era realmente relevante, pois tínhamos a sensação, até certo momento, que essas pessoas não tinham interesse na rede, mas tinham sido designados por seus diretores para aquela função. Um dos acontecimentos foi a participação do poder público na elaboração em conjunto, do projeto para reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania das Pessoas Portadoras de Deficiência. Em abril do ano de 2008, a CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração para Pessoa Portadora de Deficiência abriu edital para auxiliar com equipamentos e material de expediente, Conselhos representativos das Pessoas com Deficiência que necessitassem desse auxílio. Como o CMPPD de Novo Hamburgo tinha sido reativado em outubro do ano de 2007 e ainda não contava com nenhuma estrutura era de fundamental importância esse apoio. Representantes da Secretaria do Planejamento em conjunto com alguns participantes da rede formalizaram o projeto.

1.7 Conflitos

No início da discussão sobre a possibilidade de termos um endereço na web houve idéias contrárias a criação do site. Uma das participantes se posicionou a favor da criação de um blog. Segundo ela sem custo e com menos burocracia, mas não chegamos a nos direcionar para esta possibilidade, pois com o trabalho voluntário da web designer a construção do site foi facilitada e valorizamos o seu trabalho.

Na apresentação do site em seu formato inicial para os participantes da rede, a designer do site chamou a atenção para o seu papel que, segundo a sua definição, era de formatação dos conteúdos e não a de pesquisa. Relatou que teve dificuldade com relação às informações fornecidas devido a sua demora. Percebíamos ali, como cita Faleiros, como era difícil o trabalho em redes:

Trabalhar em rede é muito mais difícil do que empreender a mudança de comportamento, bastando para isto um bom marketing, ou realizar a intervenção no meio, ou estimular o eu, e mesmo reivindicar serviços. (FALEIROS, 1997, p. 25)

As pessoas verbalizavam seu apoio, compareciam as reuniões e compartilhavam sugestões, mas no momento da participação, do envolvimento pessoal e colaboração prática, era mais demorado.

Após a reunião da apresentação do site da rede tivemos uma grande dificuldade de achar um representante legal para ela. A princípio o grupo indicou o nosso nome e aceitamos, mas depois fomos informados que o domínio ORG.BR só poderia ser registrado no nome de alguém que tivesse CNPJ e fosse sem fins lucrativos. Essa decisão foi bem demorada. Recebíamos e-mails indicando a Leme, mas a própria Leme não se manifestava. Esclarecemos que a Leme não tinha vínculo com a nossa pessoa nesse processo, mas foi de difícil compreensão.

Quando a Leme, por si só, aceitou manter o registro da rede em seu nome, tínhamos outra questão a tratar. Quem seria o nosso servidor? Desde o início do ano vínhamos contatando com a prefeitura para que ela viabilizasse um espaço para nossa rede, mas não recebíamos uma resposta. Somente em maio a prefeitura se manifestou relatando que o pedido deveria ser formalizado pelo CMPPD – Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência. Elaboramos o ofício e o encaminhamos, mas até o momento não recebemos retorno.

Surgiu a idéia de buscarmos um servidor privado que nos apoiasse gratuitamente e o nome do sinos.net surgiu como uma possibilidade de parceria. Elaboramos um pedido formal de apoio, informando o que era a REDE INCLUSÃO, seus objetivos e o público beneficiário e, até o momento da execução deste relatório, não tivemos retorno.

Quando a rede já estava em seu terceiro encontro, alguém percebeu a necessidade de registrarmos nossas reuniões em atas. Até o momento, nossas reuniões eram documentadas através de um registro simples, onde citávamos os assuntos tratados e suas resoluções e também era relatada na Ata do Conselho. Todos apoiaram a idéia, mas não houve voluntário para a tarefa. Durante aquela reunião tratamos diversas pendências. No final, voltamos a

comentar a sugestão de um(a) secretário(a) para nosso próximo encontro. Como de costume, salientamos que não poderíamos acumular mais esta função, porque afinal a rede era de todos e só existiria com o comprometimento de todos. Após esta interferência duas pessoas se manifestaram e combinaram de se revezar na escritura das atas.

Durante o processo de estruturação da rede aconteceram ações externas que, ainda não sabemos, mas podem ter sido prejudiciais. Apesar do esforço da rede em elaborar um projeto para a CORDE na busca da estruturação do CMPPD, tivemos que contar com o apoio de pessoas da prefeitura que não faziam parte da REDE INCLUSÃO e estas atrasaram o processo. O edital previa que os Conselhos que se habilitassem deveriam prever uma contrapartida da respectiva prefeitura de acordo com o número de habitantes do município. Devido a isto e apesar do projeto estar pronto, perdemos a data final da entrega dos projetos. A prefeitura apenas lamentou.

Foi então que entramos em contato diretamente com Brasília e conseguimos prorrogar o nosso prazo de entrega para mais um dia útil. Assim conseguimos enviar o nosso projeto.

Sabíamos que conflitos apareceriam e teriam que ser solucionados.

Conforme Faleiros:

É numa complexa rede de dominação/resistência que se condicionam e constroem as estratégias de ação profissional, considerando-se, ao mesmo tempo, as condições objetivas e os recursos e dispositivos de ação dos atores em presença. (FALEIROS, 1997, p. 35)

Em cada momento de conflito percebíamos a necessidade de trabalharmos estrategicamente, isto é, com aquilo que nos era fornecido, mas pensando e articulando todos os recursos em prol do coletivo. Deste modo cabia a nós fortalecermos cada participante da REDE INCLUSÃO. Ainda segundo Faleiros, temos:

Sabedores de que o coletivo das redes não se opõe à identidade. Ao contrário, aí ela se forma enquanto imagem de si mesma no enfrentamento das representações que os dominantes elaboram dos dominados, num processo de aceitação/rejeição/enfrentamento. (FALEIROS, 1997, p.124)

Como a REDE INCLUSÃO estava em processo de construção, era importante tecermos a imagem do que ela representaria na sociedade. E assim fizemos, concordando com Faleiros e buscando na força do coletivo este conceito.

Outros conflitos acontecerão e esperamos que o grupo que hoje está trabalhando na estruturação da REDE INCLUSÃO possa dar conta de cada um deles da melhor forma possível.

1.8 Ações e Parcerias

Firmamos parceria com a Faders – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDs e PPAHs no RS e colocamos os formulários para Passe Livre a disposição em nosso site. O UNAFISCO – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal autorizou a divulgação no site da REDE INCLUSÃO a Cartilha Tributo à Cidadania. Esta Cartilha divulga o direito que todo cidadão ou empresa tem de destinar parte de seu imposto de renda para uma organização social. A porcentagem é de 1% para Pessoa Jurídica e 6% para Pessoa Física.

Fomos convidados a apresentar a REDE INCLUSÃO em um evento promovido pela FEEVALE no dia 14 de maio em comemoração ao Dia do Trabalho. O público presente eram estudantes do curso de Psicologia e empresas do Vale dos Sinos interessadas em contratar Pessoas com Deficiência.

Esta foi a primeira vez que o site, mesmo sem endereço eletrônico, foi divulgado para pessoas que não fazem parte da REDE INCLUSÃO. Foi um espaço que a FEEVALE nos cedeu para iniciarmos a divulgação da existência da rede.

O Artista plástico Mai se responsabilizou pela criação do logo da rede. Sua criação foi voluntária e gratuita. Já a parceria com o grupo Gueto, formado por arquitetas da cidade de Dois Irmãos está em processo de maturação e experimentação. O gueto desenvolve produtos a partir do resíduo de empresas. Ele estuda o material reciclável e cria um novo produto. Neste momento está a procura de entidades que possam trabalhar no seu

desenvolvimento, já que o foco das empresas parceiras é o seu ramo de atuação e não possuem pessoal para dar continuidade ao projeto ambiental.

1.9 Avaliação

Em diversos momentos o processo da constituição da REDE INCLUSÃO parou. Percebíamos que os participantes tinham receio de se responsabilizar e se comprometer com a rede. Desde a nossa proposta inicial, nos mantivemos em constante processo de fornecer apoio, mas não centralizar as decisões da rede. Procuramos a todo o momento, fortalecer as idéias que surgiram na rede, mas por trabalharmos em entidades pertencentes à ela, foi de difícil compreensão para os participantes, o nosso papel de residente e organizador da REDE INCLUSÃO.

Nossa primeira experiência foi com a Comissão Pró Rede. Ela era constituída por pessoas responsáveis e colaboradoras. No momento que relatamos nosso prazo de entrega do relatório da residência social, iniciou-se um processo de aceleração nas decisões.

Nesse momento necessitamos parar e refletir sobre nossa própria condição de residente. Se permitíssemos que a Comissão decidisse assuntos importantes da rede, teríamos agilidade no resultado que buscávamos de início, como por exemplo: o site da rede estar em pleno e regular funcionamento na web, mas por outro lado, perderíamos a experimentação do poder de discussão, direcionamento e decisão do coletivo. Decidimos desacelerar e aguardar a manifestação de todos.

A trajetória da construção da rede teve algumas peculiaridades. Nós não esperávamos que a criação do site da rede gerasse tanto interesse. Mesmo com tantas dificuldades para colocá-lo no ar, o grupo zelou para que a idéia não se extinguisse e se envolveu, apesar de lentamente, na sua construção. As informações, os links, o material do site foi amplamente discutido com o grupo. A idéia de termos espaço para apoios e patrocínio, colunistas, as cores do site, nada é mérito nosso. Apenas viabilizamos que suas idéias se transformassem em realidade.

Mesmo assim, quando foi necessário que alguma entidade se responsabilizasse pelo registro de domínio do site, como já citado, o site

aguardou por dois meses um voluntário. Já o valor do domínio que era de R\$ 30,00 (trinta reais), não foi assimilado como problema, mas o se responsabilizar, sim.

Sem dúvida, foi um processo de aprendizado para nós, que estamos acostumados a resolver situações-problema em menos tempo. Sabíamos que teríamos que aguardar o tempo do grupo e assim o fizemos.

Quanto à capacitação para a rede, não houve resistência. Ao contrário do que poderíamos imaginar, apesar de ser algo novo, a proposta de termos palestras que clarificassem nossa visão de rede foi bem aceita. Muitos até se dispuseram a estar presentes na reunião prévia desta capacitação. O representante dos Parceiros Voluntários se dispôs a conversar conosco, mas antes, solicitou que tivéssemos um pequeno encontro onde discutiríamos os principais assuntos abordados.

Como finalizamos o registro de nossa residência social no dia dez de junho, os relatos dos acontecimentos que incidiram a partir desse período não estão contidos nesta residência.

CONCLUSÃO

Não sabemos como se dará a evolução da REDE INCLUSÃO, nem se os propósitos que construímos coletivamente permanecerão válidos, nem tão pouco se os participantes continuarão lá.

Para que os objetivos fossem alcançados na sua totalidade, seria necessária uma permanência maior no campo de residência. É o tempo que dá estabilidade à rede, bem como a permanência dos seus colaboradores e a capacidade que os mesmos terão para continuar buscando propósitos comuns que irão contribuir para sua sustentabilidade.

Sendo assim, acreditamos que cumprimos com nosso papel auxiliando-os a refletir sobre suas ações, a perceber sua trajetória e conquistar objetivos que justificassem o seu esforço em se reunir.

Apesar do prazo esgotado com este relatório, da vivência da residência social, nos comprometemos em estar trabalhando junto com a REDE INCLUSÃO até o final do ano de 2008. Sabemos que enfrentaremos desafios e necessitaremos estar sólidos em nossos propósitos e atuações.

Compreendemos ainda, que será necessário o nosso desligamento para que haja renovação no grupo. As mudanças são benéficas quando realizadas de forma tranqüila e responsável e é desta maneira que pretendemos desempenhar a nossa. Era importante estarmos com este grupo neste momento, mas também é importante sabermos o tempo de nos desligarmos.

Novos grupos necessitarão de auxílio e novas propostas de intervenção serão fornecidas. Através da busca de conhecimento em espaços como o oferecido no curso de Gestão Social, seremos capazes de levar nossa contribuição a muitas pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE – Instituto brasileiro de pesquisa e estatística. **Censo 2000**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em: 14 abr. 2008.

CIAGS. Centro interdisciplinar de desenvolvimento e gestão social. **Portal Gestão Social**. Disponível em: <www.gestaosocial.org.br> Acesso em: 02 maio 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GARRET, Annette. **A entrevista: seus princípios e métodos**. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

INOJOSA, Rose Marie. **Redes de compromisso social**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, n. 5, set/out. 1999.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

KERN, Francisco A. **As mediações em redes como estratégia metodológica do serviço social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

KERN, Francisco A. **Redes de apoio no contexto da AIDS: um retorno para a vida**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede interna e rede social: o desafio permanente na teia das relações sociais**. 2.ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

ANEXOS